



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10/2015, EM 23/4/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Thiago Cota e Cabo Júlio (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Thiago Cota, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2015, no 1º turno, da qual designou como relator o deputado Thiago Cota. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35/2015, EM 23/6/2015

Às 9h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Durval Ângelo, Agostinho Patrus Filho, João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Rosângela Reis e os deputados Cabo Júlio, Rogério Correia, Gustavo Valadares, Fábio Cherem e Bosco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento da Emenda nº 1 à Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015, no 2º turno, da qual designou como relator o deputado Durval Ângelo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer do relator, deputado

Durval Ângelo, que opina pela rejeição da Emenda nº 1 relativa à Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015, no 2º turno. Registram-se os votos contrários dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoa as reuniões de hoje, dia 23/6/2015, às 14h30min e 18 horas, e do dia 24/6/2015, às 9h30min, 14h30min e 18 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/11/2015

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos, Geisa Teixeira (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BMM) e Ione Pinheiro (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BVC), membros da Comissão de Participação Popular; e as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros da Comissão Extraordinária das Mulheres. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta destas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater o Orçamento Mulher e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Larissa Amorim Borges, subsecretária de Políticas Públicas para as Mulheres, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem; a Sgt. PM Silvia Adriana Silva, coordenadora do Núcleo de Prevenção Ativa do Comando de Policiamento da Capital – CPC – 1ª Região; Marlise Matos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais; Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher; Maria Izabel Bebel Ramos de Siqueira, coordenadora do Movimento Popular da Mulher; Patrícia Habkhouk, promotora de justiça coordenadora da Promotoria de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; e Elizabeth de Freitas Assis Rocha, delegada de polícia, que são convidadas a tomar assento à mesa. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra às deputadas e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DAS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/3/2016

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Iran Barbosa e Doutor Jean Freire, membros da Comissão Extraordinária das Águas; e o deputado Iran Barbosa, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta destas comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a comemorar o Dia Mundial da Água e a dar continuidade aos debates iniciados no Seminário Legislativo Águas de Minas III, com vistas a fortalecer os comitês de bacia, as parcerias com o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o projeto Manuelzão. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Emanuele Mares Oliveira, vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio e Baixo Rio Jequitinhonha, de Almenara; Alice Lorentz de Faria Godinho, presidente do Comitê da

Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri, de Teófilo Otôni; e os Srs. Breno Esteves Lasmar, diretor de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês de Bacias, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam; Leonardo Ladeira, assessor de gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando o secretário dessa pasta; Carlos Eduardo Silva, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga e vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de Colatina (ES), representando o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; Hideraldo Buch, coordenador-geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande, de Uberaba; Antônio Eustáquio Vieira, presidente do Movimento Verde de Paracatu; Denes Martins da Costa Lott, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, de Brumadinho; Antônio Giacomini Ribeiro, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari; e Marcus Vinícius Polignano, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, de Belo Horizonte. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Cássio Soares, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2016.

Iran Barbosa, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2016

Às 9h40min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da Comissão de Participação Popular e da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM). Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta destas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições das comissões e, em audiência pública, debater a Emenda Constitucional nº 59/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade da matrícula na educação infantil, a partir de 2016, para crianças de 4 e 5 anos, conforme solicitado pelo Movimento Popular da Mulher – MPM –, pela União Brasileira das Mulheres de Minas – UBM – e pelo Fórum Mineiro de Educação Infantil. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Lucineide Nunes Soares, coordenadora do Fórum Mineiro de Educação Infantil e pedagoga da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Câmpus Avançado do Mucuri, de Teófilo Otôni; Livia Maria Fraga Vieira, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, representando o Sr. Ademilson de Sousa Soares, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil da Faculdade de Educação da UFMG; e os Srs. Adelson Afonso da Silva França Júnior, superintendente de Desenvolvimento da Educação Infantil e Fundamental da Secretaria de Estado de Educação, representando a Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação; Celso Penna Fernandes Júnior; promotor de justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional; e Arnaldo Godoy, vereador do Município de Belo Horizonte. Na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, a presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2016.

Marília Campos, presidente.

**ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/5/2016**

Às 16h24min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis (substituindo o deputado Emidinho Madeira, por indicação da liderança do BMM) e o deputado Doutor Jean Freire, membros da Comissão de Participação Popular. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o projeto Movimento Mamamiga pela Vida, conforme solicitação da Associação de Prevenção do Câncer na Mulher – Asprecam. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Zilda Machado Torres, presidente do Conselho da Mulher Empreendedora da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviços de Ipatinga, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Ipatinga – Aciapi-CDL; Ana Maria de Freitas de Oliveira, advogada da Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais, representando o Sr. Sérgio Murilo Diniz Braga, presidente dessa associação; Mônica Bessa, representante da Asprecam; Flávia Domingos, voluntária da Asprecam; Danusa Coutinho, gestora de projetos da Asprecam; Cristiane Bittencourt, representante do grupo Toque de Amor; e os Srs. Rodrigo Fernandes, diretor de Investimento Social do Serviço Voluntário de Assistência Social – Servas –, representando a Sra. Betânia Peixoto Lemos, vice-presidente dessa entidade; e Thadeu Rezende Provenza, superintendente da Asprecam. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra à deputada Rosângela Reis, coautora do requerimento. Logo após, passa a palavra aos deputados e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2016.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/7/2016

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Celise Laviola (substituindo o deputado Emidinho Madeira, por indicação da liderança do BMM) e o deputado Cristiano Silveira (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Participação Popular; e as deputadas Celise Laviola (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM) e Marília Campos (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e o deputado Cristiano Silveira, membros da Comissão de Direitos Humanos. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos moradores das ocupações Maria Vitória, Maria Guerreira e Filadélfia, que foram objeto de reintegração de posse em 20/6/2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cláudia do Amaral Xavier, promotora de defesa de Direitos Humanos e Controle Externo das Atividades Policiais; Thaís Lopes Santana Isaías, advogada e membro do Coletivo Margarida Alves, representando a Sra. Thais Firmato, do Coletivo Margarida Alves; Isabela Gonçalves Miranda, militante das Brigadas Populares; e os Srs. Aylton Rodrigues Magalhães, defensor público da Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, representando a Sra. Cleide Aparecida Nepomuceno, coordenadora dessa defensoria; Alessandro Marques, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab; Frei Gilvander Luís Moreira, assessor da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais; Fabiano

Santos de Oliveira, representante do Jardim Filadélfia; Juliano Rego dos Santos, representante da ocupação Maria Vitória; e Luciano Pereira da Paz, representante da ocupação Jardim Filadélfia. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra à deputada e ao deputado presentes, e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.774/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para o cadastramento das famílias integrantes das ocupações Maria Vitória, Maria Guerreira e Jardim Filadélfia, considerando o cadastro feito pelas Brigadas Populares, conforme informado na 4ª Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e Direitos Humanos, realizada em 14/7/2016;

nº 6.775/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja realizada visita conjunta das Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos, a convite, ao Tribunal de Justiça para discutir a situação das ocupações urbanas em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, especialmente no que se refere às ações judiciais e remoções ocorridas nas ocupações Maria Vitória, Maria Guerreira e Jardim Filadélfia;

nº 6.776/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja realizada visita conjunta das Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos, a convite, aos abrigos municipais para averiguar as suas condições;

nº 6.777/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Mesa de Negociação e Diálogo Permanente em Ocupações Urbanas e Rurais pedido de providências para empenharem-se na destinação de terreno para realocação dos moradores removidos das ocupações Maria Vitória, Maria Guerreira e Jardim Filadélfia, bem como envidarem esforços para impedir quaisquer violações por parte da Polícia Militar durante o cumprimento dos mandados judiciais de reintegração de posse;

nº 6.778/2016, do deputado Cristiano Silveira e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 4ª Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos, realizada em 14/7/2016, para apurar relato sobre a atuação da Guarda Municipal de Belo Horizonte na remoção forçada, injusta, violenta e ilegal, sem mandado judicial, da ocupação Jardim Filadélfia, apresentado pelos moradores dessa ocupação na referida reunião;

nº 6.779/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos para discutir as políticas de habitação populares municipais e estaduais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2016.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR, DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO E DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/6/2016

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da Comissão de Participação Popular; os deputados Fred Costa e Paulo Lamac, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e os deputados Paulo Lamac e Fred Costa, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Havendo número regimental, a presidente, www.almg.gov.br Página 5 de 9

deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; receber, discutir e votar proposições da comissão; e, em audiência pública, debater o papel da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig – e o Projeto de Lei nº 3.508/2016, que prevê sua extinção. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Juliceli Márcia de Oliveira, professora coordenadora de Responsabilidade Social da Utramig; Mariana Bocelli Falconi Nunes Soares, aluna do curso Técnico em Meio Ambiente da Utramig; e os Srs. Rafael Moraes, diretor de Educação Profissional da Secretaria de Estado de Educação, representando a Sra. Macaré Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação; Caio Barros Cordeiro, subsecretário da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, representando o Sr. Marco Antônio de Rezende Teixeira, secretário dessa pasta; André Abreu Reis, assessor de gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representado o Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário dessa pasta; Lindomar Gomes da Silva, presidente da Utramig; Douglas Oliveira Lobão, aluno da Utramig, representando Leonardo Rodrigues Gomes, aluno dessa fundação. Na condição de autora do requerimento que deu origem aos debates, a presidente tece suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra aos deputados e aos convidados para que façam suas exposições. É recebido o documento intitulado Porque a Utramig não deve ser extinta. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2016.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/8/2016

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, André Quintão e Vanderlei Miranda (substituindo os deputados Paulo Guedes e Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Administração Pública; e os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, André Quintão e João Magalhães (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.509/2016, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública (relator: deputado João Magalhães). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2016.

João Magalhães, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/11/2016

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Geraldo Pimenta, membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; e a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança



do BMM) e o deputado Rogério Correia (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Direitos Humanos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião destas comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei Complementar Federal nº 30/2015, que propõe a regulamentação da terceirização, e a importância do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, bem como sua influência nos direitos humanos dos trabalhadores brasileiros. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG; Sandra Silvestrini, presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais – Serjusmig; Mari Lúcia Zonta, secretária-geral do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários do Brasil – Sindireceita; e os Srs. Marcelino Orozimbo da Rocha, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Frederico Luiz Barbosa de Melo, economista e assessor da Subseção do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da CUT-MG; Edilson de Souza, diretor de Comunicação da Secretaria de Organização e Política Sindical da União Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais, representando o Sr. Paulo Roberto da Silva, presidente dessa entidade; Wanderson Rocha, coordenador da Central Sindical e Popular Conlutas, representando o Sr. Gilberto Antônio Gomes, presidente dessa central; Padre João, deputado federal. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado André Quintão. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Cristiano Silveira.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/12/2016

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a, em audiência pública, apresentar o Plano de Gestão Ambiental e Territorial do Município de Martinho Campos, aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Funai. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Elisabete Gontijo dos Santos, presidente do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes; Letícia Helena de Oliveira Ferreira, diretora da Escola Margarida Kaxixó, representando a Sra. Ronilda Balbino da Silva de Oliveira, presidente da Associação Acik; Vanessa Alvarenga Caldeira, coordenadora do Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Povo Indígena Kaxixó; Rosana Cristina de Avelar, coordenadora-geral do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes; Clarissa Dantas, analista ambiental do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam; Marilda Quintino Magalhães, engenheira ambiental do Igam; Márcia Campanharo Zanetti, coordenadora técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG; Poliane Janine de Oliveira, membro do Conselho Indígena Missionário; Célia Xakriabá, coordenadora de educação escolar indígena; e os Srs. Nilvando José de Oliveira, cacique da comunidade Kaxixó; Altair Teodoro da Silva, vice-cacique da comunidade Kaxixó; e José Antônio Ribeiro, secretário executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cedrs. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a



finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2016.

Doutor Jean Freire, presidente – Rogério Correia.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/12/2016

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itapebi, no Município de Salto da Divisa, bem como da ocupação Manoel Bahia, situada no terreno da referida usina hidrelétrica. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Cláudia da Silva Alexandre, defensora pública especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; e os Srs. Wilton Soares Ribeiro Miranda, diretor de Mediação de Conflitos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Mateus Alves, coordenador estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB –, substituindo a Sra. Aline Ruas, coordenadora estadual do MAB; Jorge Alexandre Santos, presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa; Reginaldo Cordeiro, assessor da Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento; e Adenildo Dantas Araújo, representante da Associação de Pedreiros de Salto da Divisa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, faz uso da palavra para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2016.

Doutor Jean Freire, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/12/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Eron Elias da Silva, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

exonerando Vanilda Rodrigues de Castro, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Arlete Magalhães;

nomeando Carlos Eduardo de Almeida, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Igor Elias Soares Silva, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães.

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Contrato nº 41/2016.



Contratada: Lemar Ink Franquias Ltda.

Objeto: aquisição de suprimentos de informática.

Sanção: rescisão unilateral.

Fundamento legal: Deliberação da Mesa nº 2.598, de 2014, e Lei Federal nº 8.666, de 1993.